

Etnografia genealógica de mortificações de corpos dissidentes no sul de Mato Grosso do Sul¹

Genealogical ethnography of mortifications of dissident bodies in the south of Mato Grosso do Sul (Brazil)

Simone Becker

Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil

Andrei Domingos Fonseca

Universidade Estadual do Norte do Paraná, Jacarezinho, Paraná, Brasil

RESUMO

Localizado na região Centro-Oeste brasileira, o estado do Mato Grosso do Sul, torna-se há tempos um dos epicentros da necrobiopolítica no país. As pessoas negras, os povos indígenas, as populações LGBTQIAPN+, as crianças, ou seja, os corpos dissidentes são alvos certeiros da carnificina sul-mato-grossense. A cidade de Dourados, localizada na porção sul do estado, é um dos casos mais bem sucedidos da implementação de políticas de mortes no país em desfavor dos devires minoritários, especialmente quando analisados aspectos da criação do estado de Mato Grosso do Sul, da “Nova Dourados”, bem como das reservas de “confinamento” indígenas Kaiowá, Guarani e Terena inventadas em meio a muitas violências na região sul do até então estado de Mato Grosso. Nesse contexto, a partir da metodologia etnográfica, inspirados em Michel Foucault e nas releituras de suas obras a partir de intelectualidades negras e de monografias com as quais dialogamos, buscamos confrontar a história pautada na linearidade do tempo, mas especificamente com a ferramenta da genealogia do poder, trazendo à superfície as (des)continuidades dos dispositivos estatais, com destaque para a compreensão de aspectos da urbanização da cidade sul-mato-grossense de Dourados. Por fim, conclui-se que as (des)continuidades dos dispositivos do Estado podem ser capazes de disparar sujeições às existências abjetas que resistem aos enunciados do desenvolvimentismo e do progresso na cidade de Dourados, no Estado do Mato Grosso do Sul.

Palavras-chaves: Etnografia, Genealogia, Biopolítica, Dourados, Mato Grosso do Sul.

¹ Uma versão inicial deste artigo foi apresentada no X Congresso Brasileiro de Direito Socioambiental, realizado de 22 a 26 do mês de maio de 2023 na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), cujas maturações foram incorporadas neste escrito com modificações significativas.

Recebido em 23 de janeiro de 2024.

Avaliador A: 25 de março de 2024.

Avaliador B: 02 de maio de 2024.

Aceito em 06 de junho de 2025.



ABSTRACT

Located in the Brazilian Center-West region, the State of Mato Grosso do Sul has long been one of the epicenters of necrobiopolitics in the country. Black people, indigenous peoples, LGBTQIAPN+ populations, children, in other words, dissident bodies are clear targets of the carnage in Mato Grosso do Sul. The city of Dourados, located in the southern portion of the State, is one of the most successful cases of implementing death policies in the country, to the detriment of minority communities, especially when analyzing aspects of the creation of the State of Mato Grosso do Sul, of “Nova Dourados”, as well as the Kaiowá, Guarani and Terena indigenous “confinement” reserves invented in the midst of much violence in the southern region of the hitherto state of Mato Grosso. In this context, based on ethnographic methodology, inspired by Michel Foucault and the re-readings of his works from black intellectuals and monographs with which we dialogue, we seek to confront history based on the linearity of time, more specifically with the genealogy tool of power, bringing to the surface the (dis)continuities of state devices, with emphasis on understanding aspects of the urbanization of the city of Dourados in Mato Grosso do Sul. Finally, it is concluded that the (dis)continuities of the State’s devices may be capable of triggering subjections to abject existences that resist the statements of developmentalism and progress in the city of Dourados, in the State of Mato Grosso do Sul.

Keywords: Ethnography, Genealogy, Biopolitics, Dourados, Mato Grosso do Sul.

INTRODUÇÃO E DIÁLOGOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Esta pesquisa se guia por reflexões a partir de conceitos-ferramentas elaborados pelo filósofo francês Michel Foucault, tais como: dispositivo, genealogia, racismo de Estado e biopolítica² (Foucault, 2001; 2010). A atualidade do pensamento foucaultiano se faz em nossa percepção, por exemplo, nas ressignificações que intelectualidades negras como Achille Mbembe (2016), Silvio de Almeida (2019), Juliana Borges (2019), Sueli Carneiro (2005, 2023), Ana Luiza Pinheiro Flauzina (2006) empreendem em suas análises sobre o racismo e seus sentidos nefastos tão múltiplos em mortificações, em resistências e em lutas.

Nosso recorte descritivo-analítico se volta a alguns discursos que retratam as mortificações de corpos dissidentes, no epicentro do agronegócio e, então, da guerra cotidiana contra as

² A reboque tocaremos nas noções-ferramentas da necropolítica (Mbembe, 2016) e/ou da necrobiopolítica (Bento, 2018).

populações indígenas, ao sul do Mato Grosso do Sul³. Trata-se, portanto, de engrenagens de moer que dilaceram a existência de outros corpos dissidentes que enfrentam (também) as normas ditadas pelo neoliberalismo, pelo racismo e pela heterocisnORMATIVIDADE. Os corpos que nos interessa abordar aqui lutam contra o Um⁴: a unidade despotente que se camufla como universalismo para aniquilar o múltiplo.

O destaque para as populações indígenas⁵ sul-mato-grossenses se faz pelos seus modos de ser, de estar e de viver *o mundo*, não só *no mundo*, e sendo os alvos estatais-empresariais na medida que os enfrentam. Assim, neste ensaio, nos dedicamos à catalogação necrobiopolítica, sem desconsiderar, portanto, que para toda dominação há resistência. As retomadas são expressões das constantes insurgências indígenas. Afinal, é quando os(as) kaiowá-guarani, por exemplo, reocupam seus territórios tradicionais, graças à inação e à morosidade do Estado brasileiro em demarcá-las, tal como disposto na Constituição Federal de 1988. Importante mencionar: a lei maior brasileira também dispôs que todas as demarcações seriam feitas até 1993.

Como lema para o múltiplo entre os povos indígenas brasileiros, eles ensinarão aos brancos, não indígenas: somos possuídos pela terra e não a possuímos. Se optamos pela categoria dos corpos dissidentes, é porque as incidências das agências indígenas de reexistências não prescindem de seus corpos serem territórios. Aline Crespe, antropóloga e historiadora, juntamente com a também antropóloga Lauriene Seraguza, ambas professoras da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e dedicadas há tempos à interação com os Kaiowá e os Guarani sul-mato-grossenses, publicaram na *Folha de S. Paulo*, no dia 10 de novembro de 2023, o obituário da guerreira/xamã/ñandesy Damiana Cavanha. Leiamos remissão extensa e necessária de sua história:

Foram enterrados por ela em Apyka’i oito parentes vítimas de atropelamento, incluindo

³ Sugerimos a leitura do artigo veiculado no site “Le Monde Diplomatique Brasil”, bem como escrito por Kuña Aranduhá, uma das membros da Kuñangue Aty Guasu – Grande Assembleia das Mulheres Kaiowá e Guarani do Mato Grosso do Sul, e pela socióloga e professora, Danielle Tega. Seus título e subtítulo enunciam a importância da leitura: “O Estado, as caravelas e a re-existência Kaiowá e Guarani. Com este texto, somamo-nos no esforço de denunciar a violência e a repressão do Estado e de seus associados, que marginalizam, devastam e destroem a vida, nossos corpos e territórios” (Aranduhá; Tega, 2022 [2025]). Publicado em 27 de junho de 2022 e em meio às sangrias desatadas disparadas pelo governo genocida do ex-presidente, Jair Messias Bolsonaro.

⁴ Sob inspiração das costuras feitas pelo antropólogo Pierre Clastres em seu clássico *A sociedade contra o Estado*: “O Mal é o Um. O Bem não é o múltiplo, mas o *dois*, ao mesmo tempo o um e seu outro, o *dois* que designa verdadeiramente os seres completos” (Clastres, 2003, p. 191). A unidade como universalização e padronização do normal normatizado sob distintas maneiras é a mortificação do outro enquanto diferença, do outro enquanto sujeito político, no limite.

⁵ Indicamos a consulta dos sites da Articulação dos Povos Indígenas no Brasil (APIB) e da Kuñangue Aty Guasu, a Grande Assembleia de Mulheres Kaiowá e Guarani.

seu marido, Ilário Ascário, morto em 2002, além de filho e neto. Enfrentou três casos de suicídio, resultado de processos de sofrimento extremo ocasionado pelo cenário de guerra em que vivem os guarani-kaiowá em Mato Grosso do Sul. E enterrou uma anciã vítima de veneno borrifado por aviões agrícolas e/ou consumido nas águas, uma ameaça constante para as famílias de Apyka'i e das demais terras indígenas no estado. Em cada uma dessas mortes fica evidente os efeitos letais da expropriação do território e a inoperância do Estado na demarcação dos territórios guarani-kaiowá.

A xamã cuidou, até o fim, de seus parentes enterrados em Apyka'i, que morreram porque se recusaram a abandonar o território onde estão enterradas diferentes gerações de sua família. Impedida de velá-los, Damiana rompia insistentemente as barreiras que lhe impuseram (Crespe; Seraguza, 2023).

Percebiam, então, que utilizamos também “população” como referência à noção foucaultiana que, grosso modo, ata a discussão do neoliberalismo⁶ àquela da estatização do sexo e da raça como dispositivos capazes de fazer viver e de deixar morrer (Foucault, 2010) quem desimporta ao Estado e a suas engrenagens-tentáculos. É com o Estado Moderno e, então, com a descentralização dos poderes, assim tomados como Legislativo, Executivo e Judiciário, que a criação e aperfeiçoamentos dos meios de controle, de vigilância e de disciplina se tornam possíveis, segundo as pesquisas desenvolvidas por Michel Foucault, com destaque para as aulas ministradas no College de France em 1976 e compiladas no livro *Em defesa da sociedade* (Foucault, 2010).

Mensurar o território no contingente de quem nele se torna sedentário ou domiciliado/fixado como maneira de docilizar, domesticar ou adestrar os corpos é objetivo estatal moderno. Quem são os não domiciliados ou sem “domicílio fixo” na lógica do sistema penal/criminal? Os “dispositivos disciplinares” são essenciais, também, para as contenções das revoltas que a exploração do trabalho assume. Trata-se de relações de força em que os exercícios de poderes (re)produzem saberes sobre si e sobre o outro objetificado/abjetificado. Eis àqueles da “sexualidade”, da “racialidade”. Acompanhamos as articulações feitas pela filósofa e ativista feminista Sueli Carneiro, em sua tese de doutoramento (Carneiro, 2005) recém-publicada em livro (Carneiro, 2023), entre o dispositivo da sexualidade e o da racialidade por ela proposto:

O investimento sobre o próprio sexo estará talvez implicado num investimento maior sobre o próprio corpo que encerrará um novo conjunto de significações culturais, os quais irão constituir o corpo burguês como paradigma da humanidade e ideal de Ser para as demais classes.

Perseguiendo essa trilha aberta por Foucault sobre a estratégia de afirmação da burguesia

⁶ Sugerimos a consulta à obra de Wendy Brown, *Nas ruínas do neoliberalismo* (2019), para uma melhor compreensão do fenômeno neoliberal em suas transformações, inclusive partindo/aprofundando àquelas elaboradas por Michel Foucault, em *O nascimento da biopolítica*. Assim, a cientista política retomará teses já desenvolvidas por ela outrora, a fim de nos oferecer minúcias a respeito da racionalidade neoliberal que nos atravessa/subjetiva nas últimas quatro décadas, inspirada tanto na perspectiva foucaultiana quanto neomarxista, “[...] e também expande ambas para saldar sua negligência mútua do aspecto moral do projeto neoliberal” (Brown, 2019, p. 32).

enquanto classe hegemônica, parece-nos, em uma primeira análise, que o processo de auto-afirmação de classe foi acompanhado, para além da constituição do dispositivo de sexualidade, pela emergência ou operação do dispositivo de racialidade, no qual a cor da pele irá adquirir um novo estatuto. Há, portanto, um não-dito na formulação de Foucault que é a imbricação do dispositivo de sexualidade com o de racialidade, abrangendo este um território mais vasto do que o de sexualidade, pelo estatuto que tem nele a cor da pele. (Carneiro, 2005, p. 42⁷).

Michel Foucault (2010), no seminário de 17 de março de 1976 do curso *Em defesa da sociedade*, dedica-se a tecer sobre a “população” como um dos subitens. Para o que tanto servem as “medições”? Quem é a população?

É um novo corpo: corpo múltiplo, corpo com inúmeras cabeças, se não infinito pelo menos necessariamente numerável. É a noção de “população”. A biopolítica lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político (Foucault, 2010, p. 206).

Por isso, lembremos dos ataques químicos sofridos pelos povos indígenas sul-mato-grossenses (Johnson, 2019), algo possível e passível após “esquadrinhamento” de onde se fixam no “território-populacional”. Acima, no excerto do obituário de dona Damiana, um de seus lutos foi de uma senhora de sua parentela envenenada.

Trata-se, então, de percebermos a cidade de Dourados e outras no sul de Mato Grosso do Sul como atravessadas em suas existências pelos marcadores sociais da diferença. Diferenças mortificadas pelas desigualdades sociais.

As autorias que assinam este artigo mora(ra)m durante anos em Dourados e/ou cidades vizinhas, como em Caarapó, algo que atravessará a própria perspectiva analítica aqui assumida, considerando que tomamos tais lugares como de trincheiras da guerra continuada, experienciada desde sempre pelos povos indígenas, cujas balas que os fazem tomar nunca foram perdidas! O mesmo, das balas com alvos, é passível de extensão para as populações de pessoas LGBTQIAPN+, negras, indígenas, crianças, dentre outras.

O antropólogo Felipe Mattos Johnson, há alguns anos tece etnografias engajadas e comprometidas com (as demandas de) sociedades indígenas, enuncia as faces/fases do que denominará de “neointegracionismo” em meio ao terrorismo de Estado disparado *full time* pela região sul do Mato Grosso do Sul. Isso se dá com trabalho de campo tecido desde o ano de 2017 nesse contexto de guerra continuada, na interação com os e as indígenas Kaiowá e Guarani, bem como no resgate dos seus testemunhos sobre as torturas sofridas ou das e dos parentes que

7 Optamos pela remissão literal à tese de doutoramento de Sueli Carneiro, constante em um dos repositórios da biblioteca virtual da Universidade de São Paulo (USP), para possibilitar às pessoas desejosas de lê-la, um maior acesso ao texto, bastando clicar no endereço eletrônico constante nas referências bibliográficas.

tombaram pela violência empresarial-estatal.

Inspirado pela música e letra do primeiro grupo de rap indígena kaiowá, Brô MCs, “A vida que eu levo”, Felipe Mattos Johnson toma de empréstimo a palavra-expressão que fuzila os indígenas no cotidiano: reserva-favela, para multiplicar sentidos. Acompanhemos:

Reserva-favela, retomada-quilombo, quilombo-favela; lugares que exprimem corpos e geografias racializadas, enquadradas, criminalizadas e assassinadas, mas também uma práxis, uma agência política própria, múltiplas formas de ação política e controle territorial em disputa constante com diferentes atores. Para os objetivos do presente estudo, convém salientar o cruzamento do que Alves (2014) descreve como uma *necrópolis neoliberal* produtora de espacialidades macabras que transcendem assassinatos cometidos diretamente pelas forças de segurança do Estado e envolvem o ato necropolítico de deixar morrer, em referência à sua etnografia nas favelas da zona sul de São Paulo [...] (Johnson, 2021, p. 55, grifo do autor).

Trata-se, em síntese, de aproximações entre a “etnografia” que se faz com corpo (Fonseca, 1999; Nascimento, 2016, 2019), a “(auto)biografia” (com vieses da “autoetnografia” [Mello, 2019]) e a análise de discurso foucaultiana genealógica, à medida que as existências envolvidas nessa escrita do fazer antropológico, isto é, autores e cidade, se tornam nas relações que estabelecem e os instituem. Não há etnografia sem corpo e sem que nos misturemos também de alma-subjetividade-psique com quem tanto interagimos em campo. Como propõem de maneira instigante Flávia Motta e Jurema Brites na apresentação à obra em celebração às partilhas à Antropologia Contemporânea feitas por Cláudia Fonseca (2017) em sua trajetória:

Na situação de pesquisa, nossas subjetividades e as daqueles que investigamos estão sempre a serviço da percepção do contexto histórico social e os diversos pertencimentos em produção. Muito antes da recomendação contemporânea acerca do trabalho com diversos marcadores sociais da diferença, a rubrica da interseccionalidade, Claudia nos ensinou que “cada caso não é um caso” (FONSECA, 1999). Nosso interlocutor, o “nativo em carne e osso”, é, tal como nós pesquisadores, um sujeito histórico, de cor, de classe, de idade, de gênero e com seus inúmeros atravessamentos (Brites; Motta, 2017, p. 31).

A escrita de si⁸ – não só foucaultiana –, isto é, aquela tecida em primeira pessoa do singular, se faz presente. O tal “eu estive lá”, numa “autoridade etnográfica” já problematizada e consensuada pela Antropologia, como por Clifford Geertz, afirma vida no encontro com o outro. Como aqui somos duas pessoas a tecer autoria e sob experimentações comuns, o verbo a conjugar será, vez ou outra, o da primeira pessoa do plural – o “nós” –, numa análise feita também pela observação participante de cada qual nas tessituras com a alteridade, incluindo as

⁸ Algo anunciado por Anahi Guedes de Mello (2019) em sua tese de doutoramento acerca de discussões sobre a autoetnografia.

que incorporamos.

Eis as peculiaridades do “ensaio” que atravessam a nossa escrita analítica, tal como explorado por Jorge Larrosa (2004) em *A operação ensaio: sobre o ensaiar e o ensaiar-se no pensamento, na escrita e na vida*. Destacamos duas das afetações que imprimem ao ensaio peculiaridades foucaultianas – e estreitamentos com a etnografia. A primeira diz respeito ao processo de escrita em primeira pessoa, pois essa abordagem destaca através dos impactos/efeitos do discurso a subjetividade de quem pesquisa e, então, de que o conhecimento científico é parcializado porque subjetivado por quem o produz.

Já a segunda afetação faz referência à crítica radical ao próprio significado engessado por parte de uma dada historiografia subsumida ao tempo *cronos*: subjugação dos sujeitos (assujeitados) a uma história linear do antes e depois de “Cristo”, que se enreda à perversa invenção do “progresso”. Portanto, se há história com afirmação de vidas vivas em diversidades, à la Michel Foucault inspirado em Friedrich Nietzsche, ela é recheada de (des)continuidades no que tanto tocam as interações humanas. A cada movimento de nosso corpo, afetações se fazem e (des)encontros são disparados.

O que tanto (também) sedimenta a caminhada do que se pactua para o discurso antropológico como etnografia nos parece, grosso modo, tratar-se da escrita final⁹ das interações estabelecidas entre monografias-teorias lidas¹⁰ e decantadas por nós, pesquisadores, com aquelas muitas afetações advindas e selecionadas entre tantas anotações no indefectível diário de campo, fotografias, vídeos, áudios etc., da feitura de “trabalho de campo” – tão comumente redutível à expressão “observação participante”.

Estar em “observação participante” nada garante quanto ao “êxito” da pretensa etnografia, se em nossa mochila não houver muita escuta, leitura e experimentação das tantas outras etnografias que trilharam o caminho que estamos a fazer.

Coletas de “fontes documentais” à la Sônia Maluf, Mirella Alves de Britto, Inaê Barbosa e Camila da Silva (2020) nos atravess(ar)am de 2008 para cá. As tantas modificações da cidade universitária que se tornou Dourados, com a criação da UFGD em 2005, se fez como experimentação cotidiana entre as autorias, considerando especialmente a “antropologia por demanda” (Segato, 2021) praticada como litigante que somos enquanto autores.

Assim, nossa análise se faz lendo etnografias que foram produzidas, sobretudo, em solos sul-mato-grossenses, tendo Dourados como um dos privilegiados interlocutores. Nota-se, então, que a autoria deste artigo toma a noção de documentos de empréstimo de Michel Foucault, uma

⁹ Porque, em regra, é consubstanciada na escrita posta no papel/tela do computador ou imposta pelo papel/tela do letramento.

¹⁰ Que se tecem com outras etnografias de temáticas afins.

de nossas inspirações teórico-metodológicas.

O que tanto são os documentos em meio às nossas interações de pesquisa? Retenhamos as palavras do filósofo francês quanto aos seus possíveis sentidos:

O documento, pois, não é mais, para a história, essa matéria inerte através da qual ela tenta reconstituir o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado e o que deixa apenas rastros: ela procura definir, no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações. [...] (*livros, textos, narrações, registros, atas, edifícios, instituições, regulamentos, técnicas, objetos, costumes, etc.*) que apresenta sempre e em toda a parte, em qualquer sociedade, formas de permanências, quer espontâneas, quer organizadas [...]. (Foucault, 2008, p. 7, grifo nosso).

A genealogia é análise de discurso que complementa a narrativa etnográfica, a começar por ser ferramenta que nos auxilia na decupagem do que tanto foi decantado entre o lido e o vivido (consignado em diário de campo e na memória da pele). A genealogia foucaultiana é a busca por uma origem que se sabe, inexiste enquanto única e singularizada. A essência desta metodologia para as autorias do artigo soa como se fosse um feixe contendo “entradas” e “saídas”, se toma(r)mos a “coisa essencial” como tendo “dentro” e “fora”, como sendo múltipla sob a perspectiva pluralista de Friedrich Nietzsche em *Genealogia da moral* (2009) – sob tradução de Paulo César de Souza em sua 13^a reimpressão.

A partir desse contexto teórico-metodológico, na próxima seção apresentamos o desenvolvimento de nossas pesquisas, com acento nos elementos histórico-sociais que fundam e estruturam o Mato Grosso Sul ao longo dos poucos anos de existência, considerando sua juventude e seu nascimento em 1977.

“NÃO É FÁCIL MORAR NA FAIXA DE GAZA”: ISSO É DOURADOS

“Dourados é linda,
Dourados, Dourados
Ruas feitas todas de flores
(E um pouco de sangue)
Isso é Dourados
[...]
Não é fácil morar na faixa de Gaza
Aqui
Aqui
[...]
(Ruspô – Dourados *state of mind*)

Dourados é a expressão escrachada da guerra continuada desde há muito do Estado

brasileiro contra os povos¹¹ originários. Dourados é onde está localizada a maior reserva de confinamento indígena do Brasil – a Reserva Francisco Horta¹² ou Reserva Indígena de Dourados (RID) –, e por obviedade do estado de Mato Grosso do Sul. A RID conta com aproximadamente 16 mil indígenas para uma delimitação territorial de 3.467 hectares desde 1917 (Rocha, 2022).

Ressalte-se que inicialmente a Reserva tinha 3.600 hectares de terra para três etnias (Terena, Guarani e Kaiowá). Etnias que foram criminosamente retiradas à força (redundâncias inclusas) de seus territórios originários (Brand, 1997; Meyer, 2014; Crespe, 2015; Johnson, 2019; Rocha, 2022) por uma práxis neoliberal, cuja expertise o Estado há muito aprimora através de muito jorro de sangue e de violências.

A RID não tem espaço para o roçado, e ao serem expulsos de suas terras que geraram “lucro” ao Estado brasileiro, estão restritos a um espaço do “corpo-reserva” (Olegario e Souza, 2022)¹³, bem como aos deslocamentos compulsórios que o “mercado de trabalho” os subjuga. Faixa de Gaza por Ruspô e Reserva-Favela composta e cantada pelo grupo de rap Brô MC’s, crias dessa engrenagem necrobiopolítica. As políticas estatais pautadas no mercado ditam quem tanto morre e quem tanto vive. O cultivo e o plantio inexistem da maneira como era antes da Reserva, abrindo espaço para as cestas básicas, conforme pode ser observado na Imagem 1.

Imagen 1. Entrega de cestas básicas pela Funai em Dourados



11 Usamos povo aqui ao invés de população face aos sentidos atribuídos pelos movimentos e lutas indígenas (Apib, 2021; Kuñangue Aty Guasu, 2021, 2023).

12 Nome oficial imposto pelo Estado brasileiro.

13 Em sua fala na 6ª Jornada Antropológica do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Grande Dourados, ocorrida na tarde do dia 30 de outubro de 2023 no auditório da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade, a antropóloga Lauriene Seraguza Olegário e Souza desenvolveu a noção que contrapõe ao corpo das retomadas. Se, por um lado, no corpo-reserva há posto de saúde, há cesta básica, há água para alguns, por outro, nas retomadas o começar de novo é também se libertar desse fim de mundo que é o capitalista. Para mais detalhes, inclusive da concepção apregoada na literalidade pela pesquisadora, sugerimos a consulta à sua tese de doutoramento, *As donas do fogo: política e parentesco nos mundos guarani* (Olegario; Souza, 2022).

Fonte: Observatório dos Direitos e Políticas Indigenistas (2021)¹⁴.

Desde a sua criação, em 1917, a remoção forçada de seus territórios e terras os levam a ter que se submeter às atividades que sobram no mercado de trabalho gerado pelas mudanças empreendidas pelo “progresso” e “desenvolvimento”, ou seja, após a mecanização do corte da cana, muitos jovens e homens são capturados para prestar serviços nas colheitas de maçã no sul, nos frigoríficos e nas fazendas.

Longa história essa, que abjeta e objetifica milhares de indígenas confinados em reserva, próximos do “perímetro urbano” de Dourados. A pandemia escrachou as desigualdades desse “não lugar”, desse entremedio que não é nem urbano e nem rural¹⁵. As barreiras sanitárias foram feitas em redes pelos movimentos indígenas para que as aldeias e seus moradores pudessem se resguardar, em meio a mais essa guerra que matou e continua a matar quem já era desconsiderado (Kuñangue Aty Guasu, 2021; 2023; Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, 2021).

Não há como dissociarmos essa região de Dourados¹⁶ (e o próprio estado do Mato Grosso do Sul) dos fenômenos sociais viscerais que nos estruturam e nos subjetivam em terras *brasilis*, a saber: racismo, heterocisnormatividade e o neoliberalismo capitalista – triedro tomado em suas costuras necrobiopolíticas (Bento, 2018) que pulsam em Dourados e cercanias.

O estado do MS é inventado como Unidade Federativa que compõe o Brasil através da Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977 (Brasil, 1977). Em seus artigos 1º e 3º, temos o enunciado jurídico-legal que dá vida ao Mato Grosso do Sul através de sua nomeação, como consequência do desmembramento do então Mato Grosso, cuja cidade-referência-capital é Campo Grande, (re)conhecida como “Cidade Morena” em razão da terra vermelha (Ueno, 2021).

Aliás, a cor vermelha da terra e sua proeminência na paisagem urbana no estado de Mato Grosso do Sul, e, por exemplo, em Dourados, é articulada comumente em distintos contextos sociais como estigma de “sujeira”¹⁷, falta de “limpeza” ou de “higiene”.

14 Para saber mais, ver Observatório dos Direitos e Políticas Indigenistas (2021).

15 Sugerimos a consulta à dissertação de mestrado da antropóloga Luíza Gabriela Oliveira Meyer (2014), na qual há a análise de dados comparativos entre a Reserva Indígena de Dourados e as densidades urbana e rural que instituem a região.

16 Que interliga outras cidades menores e tão importantes quanto. São elas: Maracaju, Rio Brilhante, Caarapó, Amambaí, entre outras.

17 Em sua tese de doutorado, Silvana Jesus do Nascimento (2020) aprofunda as discussões sobre “negligência” em processos de adoção envolvendo crianças indígenas Kaiowá e Guarani sul-mato-grossenses. Por mais que a terra vermelha não esteja presente em seus escritos da maneira como tecemos, o “abandono” e o “descuido” no cotidiano da vida vivido em Dourados são propalados por distintas pessoas não indígenas que articulam a sujeira da cidade e/ou das pessoas indígenas que a compõem como ligadas à terra vermelha.

Campo Grande e Dourados foram redesenhasadas em seus planejamentos tão logo se fez o desmembramento, ao menos no papel, pelo então urbanista, arquiteto e político que mostrou Curitiba para o restante do Brasil e para fora dele como a capital ecológica e tão “europeia” de ser e estar¹⁸: Jaime Lerner e sua equipe. Curitiba é exposta pelos seus governantes, com destaque para as gestões de Lerner, como a capital ecológica e sem sujeira¹⁹. No ano de 2023, em pesquisa realizada pelo instituto Veritá, Curitiba foi eleita como a cidade mais limpa do Brasil (Lopes, 2023). No site da prefeitura de Curitiba, essa é apresentada como a cidade mais limpa da América Latina e uma das mais limpas do mundo (Curitiba [...], 2023).

Ao seguirmos os lastros do capital simbólico quanto aos vínculos do planejamento urbano de Campo Grande e Dourados e a equipe de Lerner, tropeçamos, por exemplo, nessa manchete estampada no site (repositório/arquivo) da prefeitura de Dourados em 25 de março de 2011: “Prefeito discute com equipe de Jaime Lerner novo Plano Diretor para Dourados” (Prefeito [...], 2011).

Em poucas linhas, o motivo para a contratação da equipe de Jaime Lerner e como se deu a reunião, sem que os “representantes de diversos setores do município” fossem explicitados para além do empresariado local e *staff* da prefeitura, assim são descritos:

O prefeito Murilo Zauith e a vice-prefeita Dinaci Ranzi receberam na tarde desta quarta-feira, membros da equipe do arquiteto e urbanista Jaime Lerner, de Curitiba (PR), responsável pela criação do primeiro Plano Diretor de Dourados, na gestão de José Elias Moreira (1977-1982). Os integrantes da equipe vieram a Dourados para avaliar a cidade e propor um projeto visando a reestruturação do espaço urbano. Os técnicos se reuniram com representantes de diversos setores do município para estudar o atual desenvolvimento e assim propor as mudanças necessárias por meio de um relatório técnico. No período da manhã, o encontro foi no auditório da Aced (Associação Comercial e Empresarial de Dourados) e à tarde na prefeitura. [...] Segundo ele, a intenção é elaborar um novo planejamento para os próximos dez

18 Curitiba que se ressignifica escondendo sua periferia e então seus processos de racismo ambiental tão agudos para quem por ela se embrenha. E aqui não dissociamos racismo ambiental (Pacheco, 2017) do estrutural, nem tampouco do institucional, aos moldes do que o jurista e filósofo Silvio Luiz de Almeida conceitua. Logo no início de seu livro publicado em 2019, Silvio de Almeida afirma que não há sociedade brasileira sem racismo, que a estrutura desde sempre: “A tese central é a de que o racismo é sempre estrutural, ou seja, de que ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. [...] o racismo é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade [...]. Assim, “a sociedade contemporânea não pode ser compreendida sem os conceitos de raça e de racismo” (Almeida, 2019, p. 19-20).

19 A antropóloga Mary Douglas (1976), em sua clássica etnografia intitulada *Pureza e perigo*, aprofunda como em distintas culturas, povos e/ou etnias, os anversos da “pureza” se ligam à “sujeira” e às diferentes maneiras de nos significarmos nas relações sociais, incluindo a nós mesmos enquanto corpos paridos por regras de sociabilidade. Os ataques racistas diários que as pessoas e povos das etnias Kaiowá e Guarani sofrem no sul de Mato Grosso do Sul, com agudização a partir da emergência da pandemia da covid-19, fazem da terra a sujeira que opõe e exclui ainda mais, quando, por exemplo, em cena está a retirada de crianças indígenas de suas parentelas pelos tentáculos do Estado-juiz, do Estado-polícia. Para maiores mergulhos, sugerimos o documentário etnográfico *Negligência de quem?*, produzido pelo Le Monde Diplomatique Brasil (Negligência [...], 2020).

anos. A vice-prefeita, que acompanhou as reuniões entre a equipe de Jaime Lerner e representantes da sociedade, destacou a receptividade da comunidade. A ideia de um planejamento para Dourados agradou a sociedade que demonstrou apoio a este projeto, ressaltou. Taco Rooda, que integrou a equipe responsável pelo 1º Plano Diretor de Dourados, participa desse novo estudo (Murilo [...], 2011).

A aceitação da sociedade (“receptividade da comunidade”) nas palavras de Taco Roorda²⁰ (e a reboque da ex-prefeita), na continuidade da matéria no site da prefeitura de Dourados, faz-se ancorada nas características dos projetos de Jaime Lerner e de sua equipe, a saber:

Observamos alguns aspectos que podem ser trabalhados, como atualização do sistema de crescimento e readequação das ruas da cidade. *Jaime sempre enfatiza em seus estudos técnicos três pontos fundamentais, que é a mobilidade da população²¹, a identidade e a sustentabilidade através do desenho urbano, enfatizou* (Prefeito [...], 2011, grifo nosso).

Tornar-se Estado ou Município (instituição estatal) que compõe as Unidades Federativas do Brasil traz/trouxe ao Mato Grosso do Sul suporte financeiro outrora inexistente, sob as cifras que passam a subsidiar tais cidades alavancadas como “municípios”²².

Conforme o site Cidade-Brasil, o estado de Mato Grosso do Sul aparece com extensão territorial de 357,1 mil km² e com população de 2.778.986 habitantes em 2019 (Os municípios [...], 2025). Esse site, que acumula milhares de consultas nas buscas livres do Google, apresenta o Mato Grosso do Sul como marcado pela erva-mate, onde o tereré e o binômio soja-boi são disparadores da economia local, incluindo a dos frigoríficos.

Retenhamos essas peculiaridades que adiante serão resgatadas para mais tessituras. Mato Grosso do Sul é apresentado como estado multiétnico, pois são os “gaúchos e japoneses” os mais referenciados no tocante à influência colonizadora da região.

De origem pré-colombiana e um hábito influenciado do vizinho Paraguai, a bebida

20 Corrigimos aqui a grafia de seu sobrenome para “Roorda”, ao invés de “Rooda”, tal como consta incorreto na matéria jornalística acima referenciada. A fonte de nossa consulta para a correção foi o site “Modelar a Metrópole” (Roorda, 2017 [2025]).

21 Nota dos autores: para além de ecológica e limpa, Curitiba é conhecida por ter um sistema de transporte público exemplar. A precariedade do sistema de transporte público é visível em Dourados também com a quantidade de ciclistas e de motoqueiros na cidade, bem como com o monopólio de uma ou outra(s) empresa(s) que resiste(m) em melhorar o serviço de ônibus para o campus da UFGD e da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), reclamação recorrente dos movimentos estudantis, por exemplo. Outro destaque vital: a única ciclovia, por mais precária que fosse, foi destruída pelo poder público. Esta se estendia por uma das principais ruas de Dourados, a Presidente Vargas, que liga o centro à Reserva Indígena de Dourados. Dourados tem aproximados 260 mil habitantes.

22 Sobre isso, há na Constituição Federal uma seção específica para “orçamentos” amparada por diversos dispositivos para sua regulação. No inciso III, artigo 165 da Constituição, é feita referência à lei orçamentária anual que estabelece o orçamento dos municípios (por exemplo), bem como a fixação de receitas financeiras. Mais detalhes, ler Brasil ([2017]).

tereré já se tornou um patrimônio imaterial do Mato Grosso do Sul, sendo esse o estado que mais produz erva mate da região centro-oeste. Além do tereré, também é fácil encontrar uma mistura cultural que provém principalmente dos países latino-americanos que fazem fronteira com o local, Paraguai e Bolívia, mas também dos gaúchos e da grande comunidade japonesa – a terceira maior colônia do país! (Os municípios [...], 2025).

A omissão de que esse território já detinha outros humanos antes de se tornar o que é (que eram e são os indígenas) se faz constância. Matam-se indígenas de todas as maneiras, no simbólico e no real. Justiça seja feita (ironias inclusas), o referido site não omite que “é nesse estado que também está a segunda maior população indígena do Brasil” (Os municípios [...], 2025), mas sem quaisquer ligações entre a indianidade e a “civilização” que aporta. Necropolítica via invisibilidade.

Essa invisibilização proposital tão repetida por tantos lócus enunciadores sobre o que é o Mato Grosso do Sul torna-se uma das múltiplas nuances do que se entende como racismo, para além dos termos jurídico-legais. Michel Foucault, em seu seminário de 1976, na aula de 17 de março, anuncia o que concebe como racismo de maneira capilar e ampla, à medida que está justamente pondo em relevo as tecnologias do poder empreendidas pelos Estados Nacionais nos fins do século XIX – que retroalimentam o que pode significar a “biopolítica” e “estatização do biológico a partir da raça”:

É aí, creio eu, que intervém o racismo. Não quero de modo algum dizer que o racismo foi inventado nessa época. Ele existia há muito tempo. [...]. *Com efeito, que é o racismo?* É, primeiro, o meio de introduzir afinal, nesse domínio da vida de que o poder se incumbiu, um corte: **o corte entre o que deve viver e o que deve morrer** (Foucault, 2010, p. 214, grifo nosso).

Sigamos a partir do protagonismo da cidade de Dourados, um dos epicentros da carnificina engendrada pelo agronegócio. No alto de seus aproximados 260.640 habitantes (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022), Dourados está localizada a aproximados 230 km da capital do estado de Mato Grosso do Sul, Campo Grande – também conhecida como capital dos Ipês, para além da Cidade Morena (Campo [...], 2020).

Se os Ipês podem ser legados à influência (também) de Jaime Lerner e sua equipe, considerando o quanto eles se multiplicam na capital ecológica de Curitiba (Com floradas [...], 2018), o predicativo “Morena”, como antes dito, é resgatado por reportagens locais como ligado à cor da terra:

A jovem Campo Grande – conhecida também como cidade Morena – é uma cidade que recebe gente de todas as partes do país e do exterior e que aqui encontrou o lugar

ideal para viver. As cores da terra seduzem quem²³ vem de outro lugar. Está registrado nos livros de história. O arcebispo dom Francisco de Aquino Correia, nascido em Cuiabá, em 1885, gostava de relacionar nomes de cidades com algo que ele achasse parecido na natureza: e foi assim que apelidou Campo Grande, de Cidade Morena. Conforme o historiador, Hildebrando Campestrini, o arcebispo chamou Campo Grande de “Cidade Morena” por causa da terra, Cuiabá de cidade verde e Corumbá de cidade Branca. O moreno da terra e não da pele bronzeada pelo sol. Em qualquer estação do ano esses raios brilham com toda força. E nos finais de tarde dão este presente para Campo Grande (Campo [...], 2020).

Assim, se o racismo é o corte entre o que deve viver e o que deve morrer, acionado a partir das engrenagens estatais, na cidade, suas nuances são diversas como àquele denominado de “racismo ambiental”. Nesse sentido, podem ser configuradas como racismo ambiental as “injustiças sociais e ambientais que recaem de forma implacável sobre grupos étnicos vulnerabilizados e sobre outras comunidades, discriminadas por sua ‘raça’, origem ou cor” (Pacheco, 2017).

Segundo dados do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), em 2021, o Mato Grosso do Sul ocupou o segundo lugar no ranking nacional de assassinatos de pessoas indígenas, com o total de 35 mortes. O primeiro lugar foi ocupado pelo Amazonas, com 38 assassinatos²⁴ (Conselho Indigenista Missionário, 2022).

Pontuamos esses embates, pois Dourados está instituída tanto pelo agronegócio quanto pelos empreendimentos imobiliários que se retroalimentam. Em uma de suas etnografias, o antropólogo Felipe Johnson (2019) destaca os distintos sentidos atribuídos ao agronegócio em solo sul-mato-grossense. Para o pesquisador, o agronegócio pode ser compreendido como um modo de produção, cuja ênfase principal está ligada diretamente com a exportação de produtos primários (*commodities*), bem como com o mercado de terras (Johnson, 2019).

Os representantes do agronegócio compõem uma burguesia agrária constituída por “ruralistas, patronato rural, agroindustriais, empresários rurais, grande produtor rural, latifundiários, elite agrária, grandes proprietários de terras, usineiros, pecuaristas” (Barros, 2018, p. 176). Isso aconteceu devido ao aumento de capital diante da agricultura, que teve seu marco inicial por conta da crise de 1970²⁵, forjando uma nova maneira de acumulação a partir da internacionalização e da financeirização, por meio de empresas multinacionais e transnacionais (Barros, 2018).

²³ Corrigimos o erro ortográfico na reportagem, para ficar mais comprehensível às pessoas leitoras. Inserimos “quem” ao invés de “que”.

²⁴ Os dados apresentados evidenciam a contínua proliferação da violência no MS e o aumento no número de assassinatos de corpos indígenas em 2021, já que em 2020 o Estado já ocupava o segundo lugar no ranking nacional de assassinatos de pessoas indígenas, com 34 mortes (Conselho Indigenista Missionário, 2021, p. 156).

²⁵ É imprescindível que remarquemos o período oficial da Ditadura Militar no Brasil.

Apesar disso, o agronegócio é muito mais que uma mera possibilidade produtiva; é um modelo de sociedade. O que significa dizer isso? Que os impactos do agronegócio não afetam apenas os sujeitos ligados diretamente a ele, mas todas as pessoas consumidoras de seus produtos. Desse modo, seus impactos não são apenas “efeitos colaterais”; são condições de seu próprio funcionamento (Capiberibe; Bonilla, 2015). Problemas ambientais e de saúde pública são duas das principais questões desencadeadas por esse modelo de sociedade, que afeta negativamente e de forma reiterada os povos Guarani e Kaiowá, no Mato Grosso do Sul, conforme já esmiuçamos. Recentemente, testemunhamos a tragédia que inundou e submergiu o estado do Rio Grande do Sul. A fúria da “natureza” está aí, inclusive para aqueles que creem na terra plana e no negacionismo quanto às mudanças climáticas.

Ignorados como os primeiros habitantes sul-mato-grossenses pelo poder público, pelos colonos e por seus “desenvolvimentos agrários”, os povos indígenas foram submetidos a segregações raciais e espaciais que produziram o acesso desigual “[...] do espaço, da energia elétrica, do escoamento de água, da educação ou do acesso ao asfalto” (Milan; Passamani, 2023, p. 11). Nesse sentido, o antropólogo e psicólogo Ezequias Milan, com o antropólogo e professor Guilherme Passamani, anunciam o contraste existente entre a realidade da Reserva Indígena de Dourados e a dos grandes condomínios locais:

Exemplos disso são os milhares de famílias que, a menos de 700 metros do condomínio/resort de luxo, na Reserva Indígena já mencionada, além de não terem sido privilegiadas com o tal “desenvolvimento” da urbanização, vivem em terra de chão batido. São milhares de famílias que ainda não têm acesso nem mesmo a saneamento básico e sofrem com o racismo e o preconceito estrutural. Aos chamados, pejorativamente, de “bugres”, que fazem parte destes que não produzem da mesma forma que o colono, frequentemente não sobra nada. Já a estes outros – outrora forasteiros – com o aval do poder público, tornam-se alguns dos principais agentes produtores de desigualdade ao se estabelecerem no topo do solo e dos privilégios simbólicos e sociais douradenses (Milan; Passamani, 2023, p. 11).

As combinações entre propriedade da terra e capital tocam os emergentes condomínios residenciais de luxo que invadem Dourados, inclusive vendendo com *outdoors* espalhados pela cidade o *slogan* da “natureza” e do “verde”, retirados desde sempre dos povos indígenas locais. “Todos os dias a natureza vai convidar você para um passeio”.

A quem mesmo a “natureza” convidará para dar um passeio?

Imagen 2. Outdoor de condomínio residencial de luxo na cidade de Dourados



Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

Em outra propaganda veiculada junto à capilar Rádio (do Coração) FM 95,7, a matéria denominada “Hectares: em uma nova dimensão! Empreendimento da São Bento Inc; com investimento de R\$ 80 milhões, transforma a terra em metros quadrados de valor” (Hectares [...], 2018) assim comunica imageticamente e com legenda ao seu público consumidor “[...] a água do lago servirá como tranquilizante natural para os moradores, quando os mesmos voltarem para o Hectares, depois de um dia cheio de desafios lá fora”.

Imagen 3. Empreendimento “Hectares Park & Resort” da São Bento Incorporadora em Dourados



Fonte: Hectares [...] (2018)²⁶.

26 Mais informações em Hectares [...] (2018).

A lógica predatória do capitalismo que nos institui subjetiva e socialmente ousa com requintes de perversão, em solos douradenses, publicizar que a água do lago servirá para tranquilizar seus moradores “depois de um dia cheio de desafios lá fora”.

Água privatizada, assim como as sombras das árvores que restam. Aliás, “araguaju”²⁷ é o termo utilizado pelos Kaiowá e pelos Guarani do sul de MS para remarcar os efeitos nefastos simbolizados pelo crepúsculo tão único nos céus da região.

A cor de fogo, em tonalidades do magenta e amarelo que refletem num alaranjado tão reconhecível como singular da região (Torres, 2020), retrata, por exemplo, as múltiplas queimadas que lhes são impostas, não só as literais, como pululam em relação às casas de rezas, às mulheres e à tradicionalidade dos Kaiowá e dos Guarani²⁸.

O araguaju rima com o que de mal sobrevirá contra os(as) indígenas. Tudo e mais um pouco até a mortificação que sobrevém, recorrentemente, antes mesmo do amanhã amanhecer. Sob inspiração da poesia de Conceição Evaristo em “A noite não adormece nos olhos das mulheres” (Evaristo, 2023), ousamos complementar a cá: e nem das meninas, dos meninos, das pessoas negras, indígenas, dentre outros corpos dissidentes que reexistem!

CONSIDERAÇÕES FINAIS COM RETICÊNCIAS...

Suscitamos ao longo desta pesquisa algumas costuras analíticas que comportam sempre repetições. Vamos a elas.

Os Estados Nacionais se estruturam sobre o racismo, assim concebido como o “meio de introduzir, afinal nesse domínio da vida de que o poder se incumbiu, um corte: o corte entre o que deve viver e o que deve morrer” (Foucault, 2010, p. 214), bem como, sobre a

27 Também conhecido como “aragwejy”.

28 Os relatórios da Kuñangue Aty Guasu (2021, 2023), Grande Assembleia das Mulheres Kaiowá e Guarani do Mato Grosso do Sul, foram tecidos como resultados da execução de projetos sobre violências contra as próprias mulheres indígenas. Trata-se de um projeto por elas elaborado e executado sobre as violências que as atravessam. Algo próximo à autodeterminação, também enquanto teoria e metodologia pelos indígenas a nós, karaí-brancos, ensinada. A autodeterminação pelos indígenas (re)produzida. As versões das pesquisas atuais da Kuñangue se voltam ao racismo religioso que se faz como caça às bruxas na região. Isto porque as ñandesy e os ñanderu são queimadas(os) vivas(os). Eis a nossa barbárie colonizadora retroalimentada no círculo vicioso e nada virtuoso do pacto da branquitude, como esmiúçam as pesquisas da psicóloga Cida Bento (2022). Cabe também remarcarmos, os dados dos anos de 2022 e de 2024 relativos aos relatórios de pesquisa feitos pelo Fórum Nacional de Segurança Pública (Bueno 2022 et al; Fórum de Segurança Pública, 2024) no tocante ao Mapa das Violências no Brasil, tecidos a partir dos materiais disponibilizados (ou não) pelas mais distintas instituições estatais ligadas à “Segurança Pública”.

heterocisnatividade aliada ao neoliberalismo.

Estado (de bem-estar) social? Onde? Para quem? Estado punitivo? Por todos os lados, a depender do alvo, como tem sido com as pessoas/comunidades negras, tanto quanto com as indígenas, entre outras opressões que se entrecruzam. O Estado brasileiro se faz presença nas periferias cotidianamente para punir, para encarcerar e culpabilizar pelo crime. Quando não, antes, executa literalmente - com fuzil, com bala - com repetida impunidade para quem, como o Estado-pólicia brasileiro, manda matar e executa.

O jovem estado de Mato Grosso do Sul não destoa, com as constantes mortificações literais e simbólicas contra os Kaiowá e Guarani, ao fecharmos o *zoom* de nossa “lente/perspectiva” para a cidade de Dourados e cercanias.

É algo que, muito antes de 1977, pulsa na região e na expropriação dos povos originários de seus territórios, cuja luta persiste com a perversa aprovação da lei que promulga a tese do marco temporal. Os questionáveis vetos parciais do atual Governo Federal Lula caíram por terra em 2023, bem como foi desconsiderado o recente julgamento que sentenciou inconstitucional o marco temporal pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Dourados, além de massacrar povos indígenas, também assassina pessoas racializadas e existências LGBTQIAPN+. Não falamos aqui só da morte física, mas também da estigmatização e da invisibilização social, que são outras formas de propagação do poder de matar. Eis as contribuições de Achille Mbembe (2016) e de Berenice Bento (2018), que anunciam perspectivas outras para explicar os mecanismos de poder do Estado ao escolher quem vive e quem morre. Isso acontece, sobretudo, pois onde há Estado existe violência e racismo (Foucault, 2010, p. 215-216).

Assim, conforme constatado nos trajetos etnográficos das tessituras aqui apresentadas, nada seria diferente na terra onde “o agro é *pop*, o agro é *tech* e o agro é tudo!”. Afinal, o racismo que nos estrutura alcança suas garras-tentáculos diante dos sujeitos que não importam para o Estado na condição de sujeitos políticos. Em nome do capitalismo neoliberal, indígenas são expulsos de seus territórios tradicionais para exploração também imobiliária desses espaços no Mato Grosso do Sul – segundo Estado brasileiro que mais mata pessoas indígenas no país. E que mais estupra crianças, meninos e meninas. E um dos que mais mata mulheres cis, trans, travestis, entre outras (Bueno et al, 2022; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024) dissidências, cujos corpos são terra, são coletivos, são vida!

A mortificação sistemática de corpos desimportantes para o Estado, em solo sul-mato-grossense, anuncia que o agronegócio (junto de todas suas nuances) é uma das principais engrenagens de manifestação da necrobiopolítica que atravessa essa região do Brasil. Um modelo de vida societária.

REFERÊNCIAS

1. ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro: Editora Jandaíra, 2019.
2. ARANDUHÁ, Kuna; TEGA, Danielle. O Estado, as caravelas e a re-existência Kaiowá e Guarani. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, 27 jun. 2022. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-estado-as-caravelas-e-a-re-existencia-kaiowa-e-guarani/>. Acesso em: 24 mar. 2025.
3. ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL. **Dossiê internacional de denúncias dos povos indígenas do Brasil 2021**. Brasília, DF: Apib, 2021. Disponível em: https://apiboficial.org/files/2021/08/DOSSIE_pt_v3web.pdf. Acesso em: 24 jan. 2025.
4. BARROS, Iléna Felipe. O agronegócio e a atuação da burguesia agrária: considerações da luta de classes no campo. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 131, p. 175-195, 2018. Disponível: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.136>. Acesso em: 24 jan. 2025.
5. BENTO, Berenice. Necrobiopoder: quem pode habitar o Estado-nação? **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 53, e185305, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449201800530005>. Acesso em: 24 jan. 2025.
6. BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
7. BORGES, Juliana. **Encarceramento em massa**. São Paulo: Pólen Produção Editorial, 2019.
8. BRAND, Antônio Jacó. **O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani**: os difíceis caminhos da Palavra. 1997. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.
9. BRASIL. **Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977**. Cria o Estado do Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial, p. 13729, 12 out. 1977. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp31.htm. Acesso em: 24 jan. 2025.
10. BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei Orçamentária Anual (LOA)**. Câmara dos Deputados, Brasília, DF, [2017]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/loa/lei-orcamentaria-anual-loa>. Acesso em: 24 jan. 2025.
11. BRITES, Jurema; MOTTA, Flávia. Introdução. In: BRITES, Jurema; MOTTA, Flávia (org.). **Etnografia, o espírito da antropologia**: tecendo linhagens. Homenagem a Claudia Fonseca. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2017. p. 16-34.
12. BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**. Tradução: Mario Marino e Eduardo

Altheman Santos: Editora Filosófica Politéia, 2019.

13. BUENO, Samira; MARTINS, Juliana; LAGRECA, Amanda; SOBRAL, Isabela; BARROS, Betina; BRANDÃO, Juliana. O crescimento de todas as formas de violência contra a mulher em 2022. In: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. p. 136-145. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/08/anuario-2023-texto-07-o-crescimento-de-todas-as-formas-de-violencia-contra-a-mulher-em-2022.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2025.
14. CAMPO Grande, Cidade Morena, Capital das Araras e Capital dos Ipês. **Enfoque MS**, Dourados, 26 ago. 2020. Disponível em: <https://www.enfoquems.com.br/campo-grande-cidade-morena-capital-das-araras-e-capital-dos-ipes/>. Acesso em: 24 jan. 2025.
15. CAPIBERIBE, Artionka; BONILLA, Oiara. A ocupação do Congresso: contra o quê lutam os índios? **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 29, n. 83, p. 293-313, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142015000100014>. Acesso em: 24 jan. 2025.
16. CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
17. CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. São Paulo: Zahar, 2023.
18. COM FLORADAS de inverno, Curitiba vira paraíso dos Ipês. **Bem Paraná**, Curitiba, 8 ago. 2018. Disponível em: <https://www.bemparana.com.br/noticias/parana/curitiba-cidade-dos-ipes/>. Acesso em: 24 jan. 2025.
19. CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Violência contra os povos indígenas no Brasil**: dados de 2020. Brasília, DF: CIMI, 2021.
20. CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Violência contra os povos indígenas no Brasil**: dados de 2021. Brasília, DF: CIMI, 2022.
21. CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado** – pesquisas de antropologia política. Tradução: Theo Santiago. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
22. CRESPE, Aline Castilho. **Mobilidade e Temporalidade Kaiowá**: do Tekoha à reserva, do Tekoharã ao Tekoha. 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2015. Disponível em: https://www.pphufgd.com/wp-content/uploads/2017/02/Aline-Castilho-Crespe_tese.pdf. Acesso em: 24 jan. 2025.
23. CRESPE, Aline Castilho; SERAGUZA, Lauriene. Obituário Damiana Cavanha. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 10 nov. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/11/mortes-foi-o-simbolo-da-luta-pela-terra-dos-povos-guarani-kaiowa.shtml>. Acesso em: 24 jan. 2025.
24. CURITIBA celebra o dia do Gari como a cidade mais sustentável e limpa da América

- Latina. **Prefeitura Municipal de Curitiba**, Curitiba, 15 maio 2023. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/curitiba-celebra-o-dia-do-gari-como-a-cidade-mais-sustentavel-e-limpa-da-america-latina/68568>. Acesso em: 24 jan. 2025.
25. DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. São Paulo: Perspectiva, 1976.
26. EVARISTO, Conceição. **Mesa**: Confluências e escrevivências, muito mais do que rimas. Mediação: Flávia Oliveira. Participação: Conceição Evaristo, Nêgo Bispo. Transmitido ao vivo em: FLUP RJ, 15 out. 2023. 1 vídeo (YouTube). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=K2bG76vfbQ>. Acesso em: 24 mar. 2025.
27. FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo Negro caído no chão**: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. 2006. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006.
28. FONSECA, Claudia. Quando cada caso NÃO é um caso: pesquisa etnográfica e educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 58-78, 1999.
29. FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.fo rumseguranca.org.br/handle/123456789/253>. Acesso em: 24 mar. 2025.
30. FOUCAULT, Michel. **A microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.
31. FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
32. FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
33. HECTARES: em nova dimensão! Empreendimento da São Bento Inc; com investimento de R\$ 80 milhões, transforma a terra em metros quadrados de valor. **Rádio Coração**, Dourados, 30 ago. 2018. Disponível em: <https://www.radiocoracao.org/2018/08/30/hectares-em-uma-nova-dimensao/>. Acesso em: 24 jan. 2025.
34. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Demografia Dourados/MS em 2021. **IBGE**, Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ms/dourados.html>. Acesso em: 22 mar. 2025.
35. JOHNSON, Felipe Mattos. “A gente é refugiado na própria terra”: testemunhos Guarani e Kaiowá sobre terrorismo de estado e desapropriação. In: CRESPE, Aline Castilho; SILVESTRE; Célia Maria Foster; BECKER, Simone (org). **Narrativas antropológicas em tempos pandêmicos**: 10 anos de experiências etnográficas no PPGAnt/UFGD. São Paulo: LiberArs, 2021. p. 49-73.
36. JOHNSON, Felipe Mattos. **Pyahu kuera**: uma etnografia da resistência jovem guarani e kaiowá no Mato Grosso do Sul. 2019. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/1590>. Acesso em: 24 jan. 2025.

37. KUÑANGUE ATY GUASU. **Mapa da violência contra mulheres indígenas.** [S. l.]: Kuñangue Aty Guasu, 2021. Disponível em: <https://www.kunangue.com/mapeamento-da-violencia?lightbox=dataItem-kq7v1bbm1>. Acesso em: 22 mar. 2025.
38. KUÑANGUE ATY GUASU. **O racismo e a intolerância religiosa:** As sequelas de invasões (neo)pentecostais nos Corpos Territórios das Mulheres Kaiowá e Guarani /MS. [S. l.]: Kuñangue Aty Guasu, 2023. Disponível em: https://www.kunangue.com/_files/ugd/c27371_74be693d9f874f6f98a23234363ffa05.pdf. Acesso em: 22 mar. 2025.
39. LARROSA, Jorge. A operação ensaio: sobre o ensaiar e o ensaiar-se no pensamento, na escrita e na vida. **Educação & Realidade**, v. 29, Porto Alegre, n. 1, p. 27-43, 2004. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/25417>. Acesso em: 24 jan. 2025.
40. LOPES, Viviane. Vitória é a terceira capital mais limpa do país, segundo pesquisa. **G1**, Vitória, 9 set. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2023/09/08/vitoria-e-a-terceira-capital-mais-limpa-do-pais-segundo-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 24 jan. 2025.
41. MALUF, Sônia Weidner; BRITTO; Mirella Alves de; BARBOSA, Inaê Iabel; SILVA, Camila Andressa Dias da. Por dentro do Hospital Colônia Santana: uma leitura etnográfica de prontuários psiquiátricos de mulheres internas nas décadas de 1940 e 1950. **Anuário Antropológico**, Brasília, DF, v. 45, n. 2, 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/aa/5799>. Acesso em: 24 jan. 2025.
42. MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 122-151, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.60001/ae.n32.p122%20-%20151>. Acesso em: 24 jan. 2025.
43. MELLO, Anahí Guedes de. **Olhar, (não) ouvir, escrever:** uma autoetnografia ciborgue. 2019. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/215355>. Acesso em: 24 jan. 2025.
44. MEYER, Luíza Gabriela Oliveira. **Rumo à descolonização?** O direito de consulta e os seus (ab)usos na Reserva Indígena de Dourados (RID). 2014. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/118>. Acesso em: 24 jan. 2025.
45. MILAN, Ezequias Freire; PASSAMANI, Guilherme. “Vivendo no paraíso”: processos de urbanização e condomínios de luxo na terra do agronegócio. **Ponto Urbe**, São Paulo, v. 31, n. 1, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/pontourbe.14428>. Acesso em: 24 jan. 2025.
46. MURILO discute com equipe de Jaime Lerner novo Plano Diretor. **Dourados News**, Dourados, 24 mar. 2011. Disponível em: <https://www.douradosnews.com.br/noticias/murilo-discute-com-equipe-de-jaimelerner-novo-plano-diretor-e9596ee61/410338/>. Acesso em: 24 jan. 2025.

47. NASCIMENTO, Silvana Jesus do. **Circulação de crianças guarani e kaiowá**: entre políticas e moralidades. 2020. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/214020>. Acesso em: 24 jan. 2025.
48. NASCIMENTO, Silvana de Souza. A cidade no corpo: diálogos entre corpografia e etnografia. **Ponto Urbe**, São Paulo, v. 19, p. 10, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/pontourbe.3316>. Acesso em: 24 jan. 2025.
49. NASCIMENTO, Silvana de Souza. O corpo da antropóloga e os desafios da experiência próxima. **Revista de Antropologia**, São Paulo v. 62, n. 2, p. 459-484, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/161080>. Acesso em: 24 jan. 2025.
50. NEGLIGÊNCIA de quem? Direção: Joana Moncau. Produção: Le Monde Diplomatique Brasil. [S. l.: s. n.], 2020. 1 vídeo (39 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9kRwbMYkbL4&t=426s>. Acesso em: 24 jan. 2025.
51. NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da moral**: uma polêmica. Tradução, notas e posfácio: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
52. OBSERVATÓRIO DOS DIREITOS E POLÍTICAS INDIGENISTAS. Unidade da FUNAI em Dourados (MS) inicia entrega de 5,6 mil cestas básicas a comunidades indígenas na região. **Funai**, Brasília, DF, 8 dez. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2021/unidade-da-funai-em-dourados-ms-inicia-entrega-de-5-6-mil-cestas-basicas-a-comunidades-indigenas-da-regiao>. Acesso em: 24 jan. 2025.
53. OLEGARIO E SOUZA, Lauriene Seraguza. **As donas do fogo**: política e parentesco nos mundos guarani. 2022. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.8.2022.tde-17022023-161454>. Acesso em: 24 jan. 2025.
54. OS MUNICÍPIOS do Estado do Mato Grosso do Sul. **Cidade-Brasil**, [S. l.], c2025. Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br/estado-mato-grosso-do-sul.html>. Acesso em: 24 jan. 2025.
55. PACHECO, Tania. **Quem somos**. Racismo ambiental, 2017. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/quem-somos-2/quem-somos-nos/>. Acesso em: 24 jan. 2025.
56. PREFEITO discute com equipe de Jaime Lerner novo Plano Diretor para Dourados. **Dourados News**, Dourados, 24 mar. 2011. Disponível em: <https://www.douradosnews.com.br/noticias/murilo-discute-com-equipe-de-jaimelerner-novo-plano-diretor-e9596ee61/410338>. Acesso em: 24 jan. 2025.
57. ROCHA, Gabriel Dourado. **Um olhar antropológico sobre a Convenção 169 da organização internacional do trabalho (OIT) sobre povos indígenas e tribais em países independentes**. 2022. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/handle/10860/30000>.

- edu.br/jspui/handle/prefix/5017. Acesso em: 24 jan. 2025.
58. RUSPÔ. **Dourados state of mind**. [S. l.: s. n.], 2016. 1 vídeo (4 min). Publicado pelo canal um distante maestro. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=VgE--RGRRiw&list=RDVgE--RGRRiw&start_radio=1. Acesso em: 24 jan. 2025.
59. SEGATO, Rita Laura. **Crítica da colonialidade em oito ensaios** – e uma antropologia por demanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.
60. TACO Roorda: “O trabalho de se fazer um Plano Metropolitano não é autoral, mas coletivo”. **Modelar a Metrópole**, Rio de Janeiro, 20 mar. 2017. Disponível em: <https://www.modelarametropole.com.br/pduirmrj-busca-estruturação-urbana-capaz-de-aproximar-vida-pessoal-e-trabalho/>. Acesso em: 24 mar. 2025.
61. TORRES, Thailla. No mapa da “melhor vista”, leitor ama lugar para ver o pôr do sol. **Campo Grande News**, Campo Grande, 15 maio 2020. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/mapa-interativo/no-mapa-da-melhor-vista-leitor-ama-lugar-para-ver-o-por-do-sol>. Acesso em: 24 jan. 2025.
62. UENO, Antonio. 122 anos: saiba porque Campo Grande se chama “Cidade Morena”. **Diário MS News**, Dourados, 18 ago. 2021. Disponível em: <https://diariomsnews.com.br/noticias/122-anos-saiba-porque-campo-grande-se-chama-cidade-morena>. Acesso em: 24 jan. 2025.

Simone Becker

Docente Titular no Programa de Pós-Graduação em Antropologia, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e na graduação em Direito da Universidade Federal da Grande Dourados. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico na área de Antropologia/Arqueologia. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8803-4103>. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Pesquisa empírica, Análise de dados, Redação, Ilustrações e Revisão. E-mail: simonebecker@ufgd.edu.br

Andrei Domingos Fonseca

Doutorando em Ciência Jurídica pela Universidade Estadual do Norte do Paraná. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1490-8821>. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Pesquisa empírica, Análise de dados, Redação, Ilustrações e Revisão. E-mail: andreibfonseca40@gmail.com